



GOVERNO FEDERAL  
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**Ata da XVI PLENÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR  
E NUTRICIONAL**

**Brasília/DF.  
24 de setembro de 2014**

*(Transcrição ipso literis)*  
*Estenotipia Presencial*  
**TEXTOS SOLUÇÕES - Estenotipia, Degravação e Revisão de Textos Ltda.**  
*(61-9115-4769)*

## Ata da XVI REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e catorze, no Auditório do Anexo I, Térreo do Palácio do Planalto, Brasília, DF, foi realizada a XVI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão de assessoramento da Presidência da República, instituído por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, e regulamentado pelo Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta proposta: Manhã, das 9h às 9h05: 1) Aprovação da pauta da XVI Plenária e da ata da XV Plenária e Informes – Maria Emília Lisboa Pacheco – Presidenta do Consea. 2) Educação alimentar e nutricional na promoção da segurança alimentar e nutricional – das 9h05 às 11h30. **2.1.** Determinantes e desafios para a alimentação saudável e o papel da educação alimentar e nutricional para a promoção da SAN – **Elisabetta Recine**, conselheira do Consea Nacional; **2.2.** Experiência de Tomar do Geru, Sergipe: Ações de EAN no Programa Saúde na Escola – **José Joílson de Jesus Oliveira**, coordenador municipal do Programa Saúde na Escola; **2.3.** Políticas públicas de educação alimentar e nutricional – **Arnoldo de Campos**, secretário executivo da Caisan; **2.4.** Experiência de Barbacena, Minas Gerais: Educação alimentar e nutricional em unidades da assistência social – **Lélia Cápuia Nunes**; **2.5.** A importância do patrimônio e cultura alimentar na Educação alimentar e Nutricional – **Regina Nogueira**, conselheira do Consea Nacional. **2.6.** Debates. 3) **Lançamento oficial do relatório “O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional”** – 11h30 às 12h30. **3.1.** **Alan Bojanic**, representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil; **3.2.** **Tereza Campello**, ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e secretária geral do Consea Nacional. **4) TARDE** - Apresentação da Campanha Internacional da Cáritas no Brasil – Marcelo Lemos, das 14h30 às 14h45. **5) 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Maria Emília Lisboa Pacheco – presidenta do Consea** – 14h45 às 17h30. **5.1.** Informes; **5.2.** Indicação de membros para as subcomissões da Comissão Organizadora; **5.3.** Indicação de temas, local e número de participantes dos Encontros Temáticos; **5.4.** Indicação do lema da conferência a partir da sugestão da Mesa Diretiva. 6) Aprovação de

70 propostas de Exposições de Motivos e/ou Recomendações das Comissões  
71 Permanentes, dos Grupos de Trabalho e da Comissão de Presidentes (as) dos  
72 Conseas Estaduais/Distrital – relato dos(as) coordenadores(as) das instâncias  
73 (CPCE, CP7, CP6, CP5, CP4, CP3, CP2, CP1, GTs). **7) Encerramento.** A XVI  
74 Plenária teve como principal objetivo discutir a educação alimentar e nutricional na  
75 promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. A abertura dos trabalhos foi feita  
76 pela presidenta do Consea, Maria Emília Lisboa Pacheco, que saudou a plenária com  
77 as boas-vindas, anunciando que os trabalhos da parte da manhã deveriam ser  
78 realizados até às 11h30 devido a presença da ministra Tereza Campello, do  
79 Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), durante a apresentação do  
80 relatório da FAO. Em seguida, indagou à plenária se haveria algum óbice com relação  
81 à ata da XV Reunião Ordinária do Consea e com relação à pauta apresentada. Não  
82 havendo manifestação, ambas foram consideradas aprovadas. A presidenta Maria  
83 Emília agradeceu a presença dos conselheiros e conselheiras e de representantes de  
84 órgãos governamentais, notadamente do Ministério da Educação, a senhora  
85 Albaneide, a diretora de Currículos e Educação Integral, senhora Clarice Traversini e  
86 do presidente do FNDE, senhor Romeu Caputo, passando-lhe a palavra, antes da  
87 composição da primeira mesa de trabalho. O senhor Romeu Caputo agradeceu o  
88 convite e justificou a ausência do ministro Henrique Paim por motivos de agenda de  
89 viagem. Apresentando-se à plenária, salientou a importância da educação alimentar e  
90 nutricional em todos os níveis escolares, especialmente na área da educação infantil,  
91 destacando a importância do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) na  
92 agricultura familiar e no importante papel do FNDE para o repasse de recursos aos  
93 estados e municípios para essa finalidade. Em seguida, a senhora Maria Emília  
94 passou à composição da mesa para o segundo tema de pauta: **educação alimentar**  
95 **e nutricional na promoção da segurança alimentar e nutricional**, convidando o  
96 senhor Arnaldo de Campos, secretário executivo da Caisan; a conselheira Elisabetta  
97 Recine, coordenadora da CP7 do Consea; o senhor José Joílson de Jesus Oliveira,  
98 coordenador municipal do programa Saúde na Escola/Sergipe; a senhora Lélia Cápua  
99 Nunes, de Barbacena/MG e a conselheira Regina Nogueira da CP5. Mesa composta,  
100 a senhora Maria Emília explicou que os componentes da mesa fariam uma exposição  
101 sobre a abordagem do tema, sob vários ângulos, iniciando-se com a conselheira  
102 Elisabetta Recine que discorreu sobre os determinantes e desafios para a  
103 alimentação saudável e o papel da educação alimentar e nutricional para a promoção

da Segurança alimentar e nutricional. A senhora Elisabetta salientou que para a consecução da educação alimentar e nutricional há que considerar desde a dimensão da forma como o alimento é produzido, transformado, transportado, comercializado, e preparado para o consumo humano. Em seguida, a senhora Maria Emília passou a palavra ao professor Joílson de Jesus Oliveira para a narrativa da experiência dele na cidade de Tomar do Geru, Sergipe, sobre ações de educação alimentar e nutricional no programa Saúde na Escola. O professor Joílson iniciou sua fala explicando como fora instituído o Programa Saúde na Escola (PSE) no seu estado, dizendo que especificamente na ação da promoção da alimentação saudável, atividades educativas foram realizadas sobre modos de vida saudável com a comunidade escolar considerando os alimentos regionais, fazendo uma narrativa detalhada das ações intersetoriais que foram desenvolvidas no município. A presidenta do Consea agradeceu pela exposição da experiência relatada, cumprimentando o professor pelo trabalho. Em seguida, convidou a senhora Lélia Cápua Nunes para falar sobre a experiência de trabalhar educação alimentar e nutricional em unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). A professora relatou que as atividades nasceram em oficinas e que ali eram discutidos temas como alimentação saudável, transgênicos, segurança alimentar, inclusive construindo hortas comunitárias, com a ajuda da população. Relatou a professora que no Cras também eram trabalhados temas transversais como a sustentabilidade, a violência, o trabalho infantil e um dos temas anuais era alimentação saudável, desenvolvidos em parceria com órgãos não governamentais e governamentais, usando para isso os cadernos metodológicos e teóricos de EAN na Assistência Social. Terminado o relato, a presidenta Maria Emília agradeceu pela exposição positiva e intersetorial e que as duas experiências relatadas eram uma lição para todos do Consea. Em seguida, anunciou a fala do senhor Arnaldo de Campos, secretário executivo da Caisan, que discorreu sobre o trabalho que a Caisan realiza em preparação às plenárias de levantamento de subsídios junto aos órgãos pertinentes ao tema, que, segundo ele, constitui-se em tarefa gratificante e produtiva pela visão global das ações que estariam sendo desenvolvidas no governo como um todo. Em seguida, o senhor Arnaldo fez um relato do levantamento feito em relação ao lema da XVI Plenária, enfatizando que o tema já fora incorporado como parte da estratégia da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e que perpassa a todas as ações da política do plano. O senhor Arnaldo agradeceu a equipe pelo trabalho e destacou que a qualidade do

levantamento deveu-se ao engajamento dos ministérios em atendimento às demandas. Em seguida, a senhora Maria Emília agradeceu pela exposição dizendo ser muito importante a prática da busca dos dados e registrou que também o Consea se utilizaria dessa incorporação da cultura política de preparação de subsídios para a plenária, fruto da iniciativa das comissões permanentes e grupos de trabalho. Dando prosseguimento às manifestações da mesa, a senhora Maria Emília passou a palavra à conselheira Regina de Oliveira que discorreu a respeito da importância do patrimônio e cultura alimentar na educação alimentar e nutricional, lembrando que a palestrante falaria em nome das Comissões Permanentes 5 e 6, que são comissões da população negras e comunidades tradicionais e da comissão de povos indígenas, e que a abordagem é coerente com a perspectiva do Consea de avançar na compreensão do sentido do etnodesenvolvimento. A senhora Regina salientou que a resposta para obtenção da alimentação saudável de qualidade é ser radicalmente tradicional e que os hábitos alimentares têm piorado haja vista os adoecimentos causados pelos desequilíbrios alimentares. A senhora Maria Emília agradeceu pela exposição e anunciou que a conselheira Elisabetta Recine iria apresentar as propostas advindas de debates das comissões e grupos de trabalho como também uma exposição de motivos específica para o assunto. A palestrante pontuou que nas propostas discutidas nas comissões não havia alterações e que iria ler apenas as questões novas que saíram das comissões, lembrando que comporiam uma recomendação específica para o assunto. A conselheira passou então à leitura das propostas: “Dificuldades e desafios: pouca informação sobre as políticas para educação alimentar e nutricional; os movimentos e Conseas não estão se apropriando das ações; a questão de EAN precisa ser mais debatida e difundida entre os profissionais que lidam com alimentação, como as merendeiras por exemplo. Ainda não há um processo de monitoramento e avaliação da incidência das estratégias de governo. O Consea poderia avaliar os impactos das ações. Falta método de trabalho mais claro para formação em EAN. Há uma carga grande de ações, mas que não se sabe qual o alcance delas e em que medidas as ações estão tendo efeitos diretos e gerando condicionalidades positivas para educação alimentar e nutricional. As ações estão focadas em formação de formadores. Registrou-se a insatisfação da CP2 com a ausência do ministro da Educação nesta plenária e no Consea. Propostas: O processo formativo deve ter papel de destaque para que haja a garantia do direito humano à alimentação adequada; necessidade de intersetorialidade por parte do

governo, o tema fica muito circunscrito na Secretaria de Educação. O tema deve ser ampliado e debatido em outras áreas e secretarias de governo. A educação alimentar e nutricional ainda não entrou nos currículos escolares. É preciso que essa discussão entre nos currículos. O papel do Consea. Pauta não é priorizada nas discussões dos Conseas estaduais. O papel do Consea seria dar conhecimento aos Conseas estaduais das ações de discussão alimentar e nutricional e discussão dessa agenda, terem indicadores de efetividade do processo para além dos resultados; publicizar mais as ações, o que está sendo colocado em prática, promover campanhas que abordem os eixos principais da política de educação alimentar e nutricional, respeitando a linguagem de direitos. A educação alimentar e nutricional no conceito da SAN e da soberania alimentar deve ter como foco tratar da alimentação adequada como um direito humano com o objetivo de criar a cultura da alimentação como um direito, através de ferramentas de instrumentos e mecanismos de exigibilidade do direito; contextualização da alimentação adequada e saudável no âmbito da exigibilidade do direito humano; incorporar nas políticas públicas os mecanismos de exigibilidade divulgando o acesso a esses mecanismos, promovendo a cultura de direito junto aos titulares, gestores e os espaços públicos de formação; tensionar a proposição de uma política de educação alimentar e nutricional; o programa Mais Educação, alimentação adequada e saudável que seja um macrocampo do programa; garantir o orçamento nos diferentes setores para as diferentes ações de educação; fortalecimento dos componentes da educação alimentar e nutricional na atenção básica, pré-natal, amamentação, agenda dos primeiros mil dias; investir na agenda federativa, aprofundando as responsabilidades e compromissos nas diferentes esferas de governo; fortalecimento do PSE, o papel estratégico do programa para qualificar a abordagem de temas fundamentais para a qualidade de vida das crianças e jovens; reposicionar e revalorizar o programa no MEC; qualificar a produção de materiais, formação dos professores e profissionais de saúde; mobilizar as escolas e as unidades de saúde; mobilizar a rede de Conseas estaduais para abrir essa agenda, tanto internamente como na interlocução com as diferentes secretarias estaduais, pacto interfederativo; articulação com outros conselhos e com as Cians que são as comissões intersetoriais de alimentação e nutrição que existem no âmbito dos Conselhos de Saúde; mobilizar Conselhos Estaduais de Saúde via CEAN; mobilizar Conselhos Estaduais de Saúde; mobilizar Conselhos Estaduais de Saúde, via CEAN; ampliar os interlocutores para reforçar essa agenda, associação de

206 trabalhadores e profissionais; qualificação dos livros didáticos, abordando a  
207 multideterminação e multidimensionalidade da alimentação adequada e saudável;  
208 valorizar a temática de alimentação adequada e saudável e educação alimentar e  
209 nutricional na formação dos profissionais de saúde; ampliar campos de ação para  
210 assistência social e equipamentos de alimentação e nutrição e abastecimento; ampliar  
211 o processo de divulgação do marco de referência e desdobramentos do marco e  
212 materiais específicos; aproximar e valorizar atividades desenvolvidas pela sociedade  
213 civil, estimulando um processo de diálogo e trocas de experiências; regular e proteger  
214 os ambientes públicos de práticas pseudoeducativas e práticas voltadas ao  
215 profissional, por exemplo, o *marketing* direcionado a profissionais, *marketing*  
216 travestido de educação; retomar e valorizar a educação no âmbito do programa da  
217 alimentação do trabalhador e o acesso do trabalhador à alimentação de qualidade e o  
218 Programa de Alimentação do Trabalhador”. Em seguida fez a leitura da  
219 recomendação relativa ao PAT. Concluída a leitura, a senhora Maria Emília colocou o  
220 tema da recomendação em discussão. O conselheiro Renato Maluf disse estar de  
221 acordo com a recomendação, mas sugeriu que o tema PAT não ficasse limitado à  
222 recomendação, mas que fosse agregado à agenda do Consea. A senhora Anelise  
223 Rizzolo expressou-se de acordo com a fala anterior, salientando sua convicção de  
224 que o PAT seria um programa que precisaria ser resignificado na perspectiva da  
225 segurança alimentar e nutricional e que o momento era oportuno para incorporá-lo  
226 aos debates futuros. A senhora Regina reiterou que seria importante dar ênfase não  
227 só à questão do valor nutricional, biológico e da saúde, mas também às mudanças na  
228 questão alimentar do trabalhador e que isso estaria literalmente ligado às mudanças  
229 das relações entre patrão e empregado. Em atenção às falas dos conselheiros  
230 Renato e Anelise, a senhora Elisabetta explicou que os ministérios envolvidos na  
231 questão do PAT estariam trabalhando na alteração da regulamentação do programa e  
232 que, após isso, entendia-se a possibilidade de fazer uma discussão mais ampliada, e  
233 explicou que o conselheiro Renato Maluf estaria sugerindo acrescentar um parágrafo  
234 ao texto dizendo que o Consea também manifestava interesse de manter essa  
235 discussão para ampliar e contextualizar o programa na reestruturação. Diante das  
236 manifestações, a senhora Maria Emília pontuou que, na recomendação, haveria então  
237 duas sugestões de acréscimo, e uma sugestão para o Consea como agenda.  
238 Acrescentar um parágrafo sobre a importância que o Consea atribuía ao PAT e a  
239 necessidade de participação nos debates de reestruturação. A senhora Michele Lessa

adiantou que a comissão formada no Ministério do Trabalho para o PAT era tripartite, sendo assim, deveria, no mínimo, pedir que o Consea pudesse acompanhar esse debate e estar presente às reuniões. A Senhora Maria Emília aquiesceu aos argumentos apresentados assim como a plenária dando por encerrado este ponto de pauta alusivo ao PAT. Voltando aos temas expostos pela conselheira Elisabetta Recine que vieram das CPs e grupos de trabalho, a senhora Maria Emília sugeriu como proposta que a Mesa Diretiva, com a contribuição da secretaria do Consea, pudesse chegar à formulação dupla: uma exposição de motivos e um arrazoado de indicações de propostas para aprofundamento, passando às manifestações da plenária. O senhor Werner Fuchs salientou que a Caisan estaria omissa quanto à questão da agricultura urbana e periurbana e que também no balanço da 4ª Conferência+2 esse tema também não foi registrado. A senhora Clarice Traversini, diretora de Currículos e Educação Integral do MEC, discorreu sobre as ações que estão sendo realizadas pela Diretoria de Currículos e Educação Integral e que estava naquele momento em discussão a base nacional comum curricular, ressaltando que o FNDE seria o local apropriado para fomentar e ampliar essa discussão. A diretora Clarice se colocou à disposição do Consea para estar presente para discutir mais consistentemente as questões de educação alimentar que pudessem impactar diretamente com as ações do Consea. A senhora Ana Maria Segall demonstrou preocupação com a população carcerária e sugeriu incluir pauta sobre essa população, pois, segundo ela, tratava-se de uma situação extremamente grave de violação do direito humano à alimentação adequada. As conselheiras Elza Franco e Sônia Lucena enfatizaram que a ausência do ministro da Educação em uma plenária discutindo o tema educação alimentar estava sendo muito ressentida. Nesse aspecto, a senhora Maria Emília registrou a presença da diretora de Currículos e de Educação Integral, senhora Clarice, que acolheu o convite do Consea, conclamando para que pudessem continuar discutindo juntos o tema da educação alimentar. O Senhor Renato Maluf fez um esclarecimento e uma proposta. O esclarecimento seria referente à dimensão política do Consea, advertindo que a presença de um ministro de Estado a uma plenária simbolicamente representaria uma expressão de prioridade política e que seria a primeira vez que um ministro de Estado, em onze anos, não teria comparecido às plenárias do Consea. A proposta seria que fosse mencionada mais nas recomendações a importância do tratamento do equipamento escola, pois, segundo ele, as escolas talvez fossem o equipamento público mais capilar da



274 sociedade brasileira. O senhor Ribamar reafirmou as palavras dos conselheiros  
275 anteriores referentes à ausência ministerial e registrou que foi discutido na CP5 e CP6  
276 a necessidade de não dissociar a questão do consumir e o produzir, sobretudo na  
277 questão da educação alimentar e nutricional. O senhor Dourado Tapeba narrou que  
278 50% dos povos indígenas do Brasil praticamente estão nas cidades e nos perímetros  
279 urbanos, e 50% estão nas aldeias, salientando que os que estão nas cidades seria  
280 para evitar a fome, por isso, segundo ele, discordava dos dados sobre a erradicação  
281 da fome no país. A senhora Anelise propôs que o Consea pudesse incorporar nas  
282 recomendações e nas exposições de motivos, a perspectiva de promoção de um  
283 debate para construir uma política de formação, educação permanente em Segurança  
284 alimentar e nutricional para identificar melhor essas dimensões, responsabilidades,  
285 incluindo o Ministério da Educação e os outros atores correlatos. A senhora Maria  
286 Alaídes cumprimentou os expositores da mesa pelas experiências relatadas e realçou  
287 a importância de priorizar alimentos saudáveis na alimentação, sobretudo produtos  
288 regionais. A senhora Ana Paula Bortoletto reforçou a necessidade de discussão sobre  
289 a questão da regulação dos alimentos, rotulagem e publicidade, pois, segundo ela, as  
290 empresas multinacionais estão interferindo diretamente nessa questão. A Senhora  
291 Anne Kepple (FAO) sugeriu incluir nas propostas apoiar ou pressionar os  
292 representantes do governo brasileiro para também em âmbito internacional pudessem  
293 falar sobre a experiência brasileira e influir nessas discussões. Em seguida, a senhora  
294 Maria Emília anunciou a chegada da ministra Tereza Campello do MDS, dando por  
295 encerrado os trabalhos da mesa, agradecendo a todos e convidando-os a retornar  
296 depois do almoço para ouvir as manifestações dos demais inscritos. Em seguida,  
297 convidou a ministra Tereza Campello e o senhor Alan Bojanic, representante da FAO  
298 no Brasil, para comporem a mesa, comunicando que, conforme a pauta, naquele  
299 momento, seria realizado o lançamento oficial do relatório “O estado da segurança  
300 alimentar e nutricional no Brasil :um retrato multidimensional”, cedendo a palavra ao  
301 senhor Alan Bojanic. O Sr. Alan Bojanic cumprimentou a todos e disse estar ali para  
302 apresentar o relatório que mostra o estado da segurança alimentar no Brasil e que  
303 também é parte do grande relatório da FAO que todos os anos se faz que se chama  
304 SOFI 2014, em inglês, “o estado da insegurança alimentar no mundo”, dados  
305 levantados em mais de 115 países registrados no relatório que mostravam avanços.  
306 O senhor Alan discorreu sobre o SOFI Global, depois da América Latina e, por fim, o  
307 Brasil, relatando as ações desde a criação do Consea, os resultados e os avanços

308 obtidos no campo da segurança alimentar e nutricional. Terminada sua exposição, a  
309 palavra foi dirigida à senhora ministra Tereza Campello que cumprimentou a todos,  
310 fazendo referência ao relatório que observou cento e dezenove países, construído e  
311 monitorado pela FAO ao longo dos últimos 50 anos, e que seria a primeira vez que o  
312 Brasil teria saído do mapa da fome. Segundo ela, a FAO considera 5% da população  
313 com subalimentação para estar no mapa da fome e que o Brasil não teria esses 5%,  
314 mas sim 1,7% da sua população em situação de subalimentação. Destacou ela que o  
315 Brasil vem reduzindo a situação de subalimentação de forma sustentável,  
316 permanente. Em seguida, a senhora Maria Emília agradeceu pela exposição e abriu  
317 espaço para manifestação da plenária. O senhor Renato Maluf agradeceu pela  
318 escolha da plenária do Consea para apresentação do relatório. Fez observações  
319 sobre heterogeneidade da população pesquisada, mas, segundo ele, o relatório é  
320 bem-vindo. Acrescentou que chama a atenção o aumento do número de  
321 subalimentados na África, pois, segundo ele, os investimentos e cooperação com a  
322 África também aumentaram nos últimos 10 ou 15 anos e que isso causava  
323 estranheza. O conselheiro Renato teceu comentários a respeito da escolha das  
324 metodologias, enfatizando que a FAO do Brasil teve o cuidado de recuperar  
325 metodologias desenvolvidas no Consea, em outros institutos, ouvindo a todos. O  
326 senhor Dalmo Oliveira salientou que seria interessante fazer um recorte racial dos  
327 dados do relatório para se ter também a dimensão de como o enfrentamento à fome  
328 tem um impacto imediato na questão da promoção da igualdade racial. O senhor  
329 Dalmo destacou a questão da comunidade cigana, na região da cidade de Souza, no  
330 sertão da Paraíba que se tratava de comunidade historicamente vulnerável e de  
331 insegurança alimentar, bem como as nações indígenas, Potiguara e Tabajara. A  
332 senhora Ana Maria Segall reiterou que haveria necessidade de que as políticas  
333 universais brasileiras tenham cara e modelo adequados para atingir as populações  
334 mais vulneráveis, como os quilombolas, os indígenas, a população de rua, e mais  
335 ainda, as populações das periferias das grandes cidades em situação de muita  
336 vulnerabilidade. Segunda ela, a ministra não falou em política de focalização, mas que  
337 teria convicção de que o assunto iria voltar à agenda do Consea, a partir do próximo  
338 ano. A senhora Elza Franco enfatizou que para chegar às populações efetivamente  
339 mais vulnerabilizadas, não se deveria repetir o que foi feito nas demais populações,  
340 mas sim a capacidade inventiva de desenhar programas com estratégias  
341 diferenciadas para as famílias com características tão específicas. Finalizadas as

manifestações da plenária, a palavra retornou à mesa com o senhor Alan Bojanic que disse ser difícil responder sobre as causas do aumento da fome no continente africano, mas que teria a ver com os conflitos internos e as desigualdades de renda, entre outros fatores. Mas que a África tem adotado a mesma estratégia da América Latina de erradicar a fome para o ano 2025 e que a experiência brasileira é uma das melhores a serem levadas para a África por conta das similitudes em muitos aspectos. O senhor Alan agradeceu à equipe que participara para a realidade do relatório. A ministra Tereza Campello enfatizou que com relação ao crescimento da fome na África, a cooperação internacional que é feita é muito nova, mas que dos 44 países da África os que melhoraram são exatamente aqueles que têm cooperação na agenda de SAN com o Brasil. A ministra referiu-se também que pela primeira vez o ministério conseguiu montar um quadro de acompanhamento mostrando a situação de evolução da pobreza e de extrema pobreza no Brasil do ponto de vista multidimensional. A ministra Tereza Campello disse concordar que não se poderia abandonar em hipótese alguma a agenda da universalização na saúde, na educação, na segurança alimentar, na assistência social e outras. Finalizando, destacou que o ministério estaria fazendo um estudo com diferentes etnias para tentar entender como poderia tratar de políticas que levem acesso às comunidades com insegurança alimentar e que para conseguir isso contava com o empenho e a cobrança permanente do Consea para continuar avançando. A senhora Maria Emília agradeceu pela exposição de todos, registrando o significado político, simbólico, social do debate do relatório no Consea, reafirmando posições colocadas de continuar avançando e aprimorando os programas, as políticas e o enfrentamento de questões estruturantes da sociedade brasileira e da necessidade de avançar no debate pautado no Consea do direito a terra e território. Finalizando, conclamou a todos para que estivessem de volta às 14h30 para a retomada dos trabalhos. Ao iniciar a pauta da tarde, a senhora Maria Emília passou a palavra ao senhor Marcelo Lemos da Cáritas para o informe sobre a campanha mundial “Uma família humana, pão e justiça para todas as pessoas”, convidando a todos para a Semana Internacional da Alimentação que seria realizada nos dias 15 a 17 de outubro, no Centro Cultural, no CCB, em Brasília. Neste momento, a senhora Maria Emília recompôs a mesa da parte da manhã para ouvir as três pessoas que ainda estavam escritas. A senhora Albaneide do FNDE destacou os programas que estão sendo tratados com relação à educação alimentar, enfatizando o Guia do Livro Didático, o GT de Quilombolas, o GT dos Indígenas. Ela reiterou que

376 estava ali na plenária representando o ministro da Educação que não pôde  
377 comparecer por ter agenda fora de Brasília, mas que a recomendação do ministro  
378 seria que se discutisse orçamento específico para educação alimentar e nutricional. O  
379 senhor Lídio Coradin chamou a atenção da necessidade de tornar os alimentos sem  
380 agrotóxicos mais conhecidos e que a sociedade brasileira não valorizaria  
381 adequadamente a biodiversidade nativa. A senhora Patrícia Jaime (MS) comunicou  
382 que os Ministérios da Justiça e da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à  
383 Fome estariam trabalhando numa portaria interministerial que iria dispor sobre a  
384 oferta de alimentos do sistema prisional brasileiro trazendo padrões para o  
385 estabelecimento da alimentação ofertada nos presídios, mas também as bases e  
386 diretrizes para educação alimentar e nutricional, intensificando as ações do PAA. A  
387 senhora Maria Rita da Universidade Estadual Paulista relatou que estava  
388 representando uma das universidades que iriam apoiar o fortalecimento do Sisan e  
389 que não poderia deixar de narrar a experiência de uso da educação a distância e  
390 colocar a alimentação e nutrição no currículo escolar. Finalizadas as inscrições, a  
391 palavra voltou à mesa, com o senhor José Joílson que agradeceu o convite, dizendo  
392 que as ações de promoção à saúde na escola iriam continuar, mas que precisavam  
393 ser aprimoradas, assim como a senhora Lélia. A senhora Elisabetta Recine enfatizou  
394 a necessidade de continuidade das ações, mas realçou que a verdadeira efetividade  
395 da educação alimentar e nutricional seria vista quando a articulação de dimensões  
396 fosse efetiva, como também que fosse retomada a questão da formação que ficou  
397 colocada em segundo plano. O secretário Arnaldo respondendo às manifestações da  
398 plenária disse que o tema da agricultura urbana não entrou no balanço e que se fosse  
399 entrar seria um balanço negativo, principalmente no que concerne ao MDS, mas que  
400 a próxima plenária do Consea seria sobre segurança alimentar nos grandes centros  
401 urbanos, e que o tema seria incorporado. Em relação à população carcerária, o tema,  
402 segundo ele, extrapolava o tema da educação e que talvez fosse algo que o Consea  
403 pudesse dimensionar o problema e cobrar soluções. Ele reafirmou que concorda com  
404 os marcos legais, sanitários, e que as políticas de fomento e de crédito são um  
405 desafio grande, pois as pessoas não conhecem os benefícios e que o trabalho de  
406 acostumar-me com os padrões realmente é um desafio enorme. Dando  
407 prosseguimento, a senhora Maria Emília pontuou alguns aspectos importantes que  
408 foram sublinhados e que deveriam ser acrescidos na exposição que iria ser  
409 preparada. Um deles seria a educação alimentar e nutricional com base no marco

referencial e com o sentido de várias dimensões, e que isso se traduziria no princípio da intersectorialidade. Segundo, o equipamento escola, a escola com sua capilaridade, do alimento ser elo entre escola e a comunidade. Maria Emília também destacou que seria importante incorporar na proposta que se devesse tomar a iniciativa de fazer um diálogo com o Conselho de Educação, com a representação da Undime. Outro aspecto destacado pela senhora Maria Emilia foi a importância de se continuar trabalhando a perspectiva de formação permanente em SAN e a questão do investimento na capacitação em SAN, sendo que já havia um compromisso do ministro da Educação com relação aos recursos para a educação alimentar. E também registrou a importância de dar ênfase à biodiversidade nativa e relatou que gostaria de acatar como uma proposta que se ampliasse o debate que interligava biodiversidade, saúde, nutrição, acrescentando que haveria mesmo um desconhecimento ou falta de consciência em relação à relação biodiversidade/saúde e nutrição e que isso deveria ser acrescentado à Exposição de Motivos com a perspectiva do Consea. O Senhor Renato Maluf questionou que os temas são muito vastos, diversos e que envolveriam muita interlocução e que estaria preocupado a respeito de quem seria os interlocutores nesse diálogo, como também com o processo de monitoramento. Segundo ele, seria necessário para avaliação futura, definir os temas de alguma maneira que facilitasse esse monitoramento e que escolhessem as prioridades. E, por último, sugeriu que a presidenta do Consea solicitasse uma audiência com o ministro da Educação para comunicar a ele o resultado do presente debate e formulasse convite para que ele viesse a uma próxima plenária. A senhora Maria Emília acatou as sugestões. A senhora Regina Barros advertiu que ficara de fora das propostas a questão da tradicionalidade e do alimento tradicional, sugerindo elencá-la como questão prioritária. Sugestão acolhida. Finalizando esse ponto de pauta, a senhora Maria Emília anunciou o item da agenda de preparação da 5ª Conferência Nacional de segurança alimentar e nutricional, reiterando a data e local já definidos na plenária anterior de **3 a 6 de novembro de 2015** em Brasília, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Maria Emília também destacou as datas para as **conferências territoriais e municipais que seria até 30 de junho de 2015** e das **conferências estaduais é até 15 de agosto de 2015**. Outro ponto seria a indicação de membros para subcomissões da comissão organizadora, ressaltando que a comissão organizadora seria formada pelo Grupo Executivo e que participariam do Grupo Executivo: a presidenta do Consea,

Secretaria Geral do Consea, coordenadores das subcomissões, representantes da mesa diretiva do Consea, representantes da Comissão de Presidentes dos Conseas Estaduais, representantes do governo local, representante da Caisan, e Secretaria Executiva do Consea. Seriam dez pessoas que comporiam o Grupo Executivo e cabia à Comissão de Presidentes de Consea Estadual indicar quem iria integrar o Grupo Executivo, sendo indicada a senhora Rosa, como titular, e a Eurípia, como suplente. Segundo ela, os demais que participariam do Grupo Executivo seriam pessoas que já estariam na respectiva representação. Quanto às subcomissões: uma delas de **conteúdo e de metodologia**, e a outra de **infraestrutura, mobilização e comunicação**, assim distribuídas: Participação da **Subcomissão de Conteúdo e Metodologia**: Anelise, como titular e Írio, como suplente, representando a Comissão Permanente 1; a Comissão Permanente 2: Renato Maluf, como titular, Nathalie, como suplente; Comissão Permanente 3: Cristiane; Comissão Permanente 4: Célia; Comissão Permanente 5: Regina, como titular, Edgar, como suplente; Comissão Permanente 6: Daniela Frozi; Comissão Permanente 7: Elizabetta, como titular, Sônia Lucena, como suplente; e a Comissão de Presidentes de Consea, Kátia, como titular, Norma, como suplente. Na **Subcomissão de Infraestrutura de Mobilização e Comunicação** estariam indicados: Elza, pela CP1; Cleyse, pela CP2; Jaime, pela CP3; Aldenora, pela CP4; Ribamar, como titular e Edgar, como suplente na CP5; CP6, Dourado; CP7, Ana Paula Bortoletto, como titular e a Aldenora, como suplente. E CPCE Gil Marcos, como titular; Ivan, como suplente. Maria Emília esclareceu que as escolhas vêm das próprias comissões e que caberia à plenária acolhê-las. Passando aos temas dos encontros temáticos, Maria Emília explicou que havia nove indicações de temas, mas que seriam realizados apenas quatro: **alimentação adequada e saudável, qualidade e diversidade alimentar, biodiversidade, transgênicos, agrotóxicos, biofortificação, consumo**, proposta da CP1. A CP7 propôs o tema de **obesidade e desigualdades ou obesidade ou nova fome**. O GT Gênero propôs **a atuação das mulheres na construção do Sisan**. A CPCE propôs três temas: **reforma agrária e desenvolvimento da SAN; SAN e biomas; água e produção de alimentos, transposição do Rio São Francisco**. A CP3 propôs **desenvolvimento urbano com segurança alimentar**; e a CP2 o tema **nutrição**. Como encaminhamento, Maria Emília sugeriu que cada comissão escolhesse um participante para explicar a escolha do tema. O senhor Milton Rondó Filho frisou que relacionar bioma com segurança alimentar nutricional não seria entrar na discussão

478 dos diversos biomas, mas pensar um arquétipo para tratar o tema a partir de biomas,  
479 considerou ainda importante discutir o tema da qualidade da água nas cisternas do  
480 semiárido. O senhor Eurico considerou importante a discussão do tema da água e da  
481 reforma agrária. A senhora Sandra Rodrigues da CP Gênero enfatizou que o tema  
482 escolhido da atuação das mulheres na construção da soberania e segurança  
483 alimentar e nutricional, não só especificamente do Sisan, mas do papel das mulheres  
484 nesse sentido. O senhor Pedro Kitoko sugeriu que a Mesa Diretora se apropriasse  
485 das propostas de temas feitas nas comissões para reflexão, apresentando na próxima  
486 plenária um posicionamento mais consolidado. A senhora Maria Emília ponderou ao  
487 senhor Pedro que a senhora Anelise também teria conjecturado que seria difícil  
488 escolher temas para os encontros temáticos sem ter uma definição geral do lema da  
489 conferência. O senhor Marcelo ponderou que, administrativamente, seria melhor  
490 lançar uma licitação para cada um dos encontros temáticos e não em bloco para  
491 evitar atrasos. Dando seguimento, a senhora Maria Emília interrompeu as  
492 manifestações para passar à escolha do lema central da conferência. O senhor  
493 Marcelo fez a leitura das sugestões dos lemas sugeridos advindas das comissões e  
494 grupos de trabalho: **CP1**, a implantação do Sisan nos territórios, SAN no nível local,  
495 participação social, território, intersectorialidade; A **CP2** propôs ampliação do prazo  
496 para definição do lema para a próxima plenária, mas considerando alguns elementos  
497 como a própria noção de comida e sua relação com território, sistemas alimentares,  
498 participação social, inovação e tecnologia sociais, trajetória histórica da saída do  
499 Brasil do mapa da fome, como se construiu essa conquista, valorização da agenda  
500 pública de segurança alimentar, Sisan; A **CP3** também sugeriu mais tempo para  
501 aprofundamento de ideias, apontando algumas questões como territorialidade e  
502 questões associadas a local, cultura alimentar, soberania alimentar, disputas do  
503 território como espaço de soberania, a diversidade como direito, como riqueza,  
504 alimentação do trabalhador, transgênicos, agrotóxicos, terra e território. A **CP4** propôs  
505 os lemas “Sisan, efetivação de direitos e soberania alimentar no campo e na cidade” e  
506 “Construindo o Sisan com protagonismo popular”; A **CP5 e CP6** destacaram as  
507 questões de territorialidade: “Uma garantia à soberania alimentar, que preserva a vida  
508 e a cultura” e “Comida e território, direito universal de todos os povos”. A **CP7** apontou  
509 elementos de como superar as iniquidades existentes: sistemas alimentares  
510 saudáveis e sustentáveis como expressão de forma mais brasileira; O **GT Gênero**  
511 sugeriu alimentação adequada e saudável, território, diversidade e direitos, Sisan:

512 Construção de direitos e soberania alimentar no campo e na cidade; e a **CPCE**: “O  
513 Sisan que temos e o que queremos”, “Sisan ontem, hoje e amanhã: A trajetória da  
514 garantia do direito humano de alimentação adequada”, “Sisan construção de direitos e  
515 soberania alimentar no campo e na cidade”. Dito isso, Maria Emília fez o  
516 encaminhamento de que a Mesa Diretiva fizesse a organização dessa reflexão do  
517 sentido político do lema, pensando em eixos para tentar afunilar lema. Quanto aos  
518 encontros temáticos, Maria Emília considerou inviável definir local e número de  
519 participante sem definição do que seria debatido e que seria possível avançar no que  
520 já estava consensuado e que já deveria ser objeto de expediente licitatório: 1 – O  
521 encontro de segurança alimentar e nutricional na Amazônia com cerca de 200, 250  
522 pessoas. Quanto aos demais encontros temáticos, Maria Emília propôs que as  
523 comissões que identificaram propostas similares que tentassem harmonizá-las,  
524 usando para isso reuniões a distância. Em seguida, encerrando este ponto de pauta,  
525 explicou que não haveria tempo hábil para os relatos das comissões e GTs, sugerindo  
526 passar à apreciação da proposta da exposição de motivos dirigida à Casa Civil para a  
527 retirada do caráter de urgência, urgentíssima de proposta que fere direitos dos povos  
528 e comunidades tradicionais, segundo a Convenção nº 169, sendo aprovada por *ad*  
529 *referendum* da plenária. Prosseguindo, Maria Emília fez a leitura da recomendação,  
530 sugerida pelas CP5 e CP6, dirigida à Casa Civil da Presidência da República para  
531 que o anteprojeto de lei que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético destinado  
532 à agricultura e alimentação, elaborado pelo MAPA, e enviado à Presidência da  
533 República, através da EM nº 0021/2014, fosse submetido para apreciação do Consea  
534 e de outros conselhos afins antes da submissão ao Congresso Nacional, sendo  
535 aprovado pela plenária. Em seguida, Maria Emília, avisou que estava aberto até o dia  
536 26 consulta pública para proposta sobre a regulamentação da lei que trata dos termos  
537 de parceria, do acesso aos recursos públicos ao chamado marco regulamentário das  
538 organizações da sociedade civil. Por último, a senhora Célia Bezerra fez um relato do  
539 encaminhamento que estaria sendo dado a respeito da interação do Consea com a  
540 Secretaria de Direitos Humanos em relação à Comissão de Violação de Direitos  
541 Humanos. Não havendo mais nada a tratar, a presidenta Maria Emília finalizou a  
542 reunião, agradecendo a presença de todos.